



TERMO ADITIVO

PROCESSO SEI N.º 18220.101205/2020-34

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO RFB/COPOL 15/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, PO INTERMÉDIO DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEI FEDERAL DO BRASIL, E A EMPRESA PRO-SYSTEM INFORMÁTICA LTDA.

A União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com sede no Edifício Anexo do Ministério da Fazenda, Bloco P, 2º andar, Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0058-87, neste ato representada pelo Coordenador-Geral de Programação e Logística, Sr. Onássis Simões da Luz, nomeado pela Portaria RFB nº 1.012, de 10 de junho de 2020, publicada no DOU, de 12 de junho de 2020, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa Pro-Systems Informática Ltda., inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.620.200/0001-35, sediado(a) na SRTV/Sul, Quadra 701, Conjunto E, Bloco 03, nº 130, Edifício Palácio do Rádio I, CEP nº 70340-901, Asa Sul, em Brasília/DF, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Lourival Machado, tendo em vista o que consta no Processo nº 18220.101205/2020-34 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, decorrente do Pregão nº 1/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação dos quantitativos do item 1 (8 licenças) pelo período de 12 meses.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total (12 meses)
1	Migração/renovação de licenças de AEC Collection, multi-user, para assinatura de licenças nomeadas standard de AEC Collection, válidas a partir da data de assinatura do contrato.	8	R\$ 14.537,50	R\$ 116.300,00
Valor Total:				R\$ 116.300,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência do contrato RFB/Copol nº 15/2021 fica prorrogada por 12 (doze) meses, com

início em 03/03/2024 e encerramento em 03/03/2025.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 116.300,00** (cento e dezesseis mil e trezentos reais).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, na classificação abaixo:

Plano Orçamentário: 0008 – Modernização da Infraestrutura de Tecnologia, Comunicação e Informação.

Ação Orçamentária: 20VF – Fortalecimento Institucional

Programa: 2110 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia;

Natureza de Despesa: 33904006 – Locação de Softwares.

- 4.2. No (s) exercício (s) seguinte (s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 5.1. Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato original.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE E EFICÁCIA

- 6.1. O presente Termo Aditivo somente terá validade depois de aprovado pelo Subsecretário de Gestão Corporativa da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em atendimento ao que determina o inciso "I" do art. 33 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e considerando o disposto no inciso I, parágrafo 2º, do artigo 357 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e somente terá eficácia depois de publicado, mediante extrato, no Diário Oficial da União, em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO ÚNICO – PUBLICAÇÃO – Compete à CONTRATANTE providenciar, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, à sua conta, a publicação do extrato deste Termo Aditivo, no Diário Oficial da União, que deverá ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, conforme disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

E, por assim estarem plenamente de acordo, as Partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, é subscrito pelos representantes das Partes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Documento assinado eletronicamente
ONÁSSIS SIMÕES DA LUZ
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Documento assinado eletronicamente
LOURIVAL MACHADO
Pro-Systems Informática Ltda.

Testemunha1:

Testemunha2:



Documento assinado eletronicamente por **Lourival Machado, Usuário Externo**, em 30/01/2024, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Onássis Simões da Luz, Coordenador(a)-Geral**, em 31/01/2024, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Cavalcanti Ramalho Pinto, Agente Administrativo**, em 31/01/2024, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Servio Tulus Barbosa de Araujo, Chefe(a) de Divisão**, em 31/01/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39856743** e o código CRC **6E3E4DAE**.